À Margem da Mídia: Pessoas com Deficiência Visual como Audiência Folk[1]

Marcello Pereira MACHADO[2]
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Este artigo aproxima Folkcomunicação e estudos de recepção midiática por parte de pessoas com deficiência visual. Para isso, apresentam-se perspectivas sociais com relação à cegueira, bem como alguns dos mitos ligados a esse universo ainda pouco explorado. Além disso, mostra-se como o público formado por cegos pode ser considerado uma audiência folk e um grupo culturalmente marginalizado mediante o modelo midiático atual. Por meio de um trabalho prático, que reuniu seis deficientes em grupo focal para assistirem ao Jornal Nacional (TV Globo), será possível notar como se dá a marginalização desse público pela mídia massiva. Logo, o trabalho perpassa por temas como mídia, deficiência, televisão e direito à informação e à comunicação, constituindo um primeiro passo para futuras pesquisas com o respaldo beltraniano.

PALAVRAS-CHAVE: deficiência; Folkcomunicação; inclusão; marginalização; mídia.

1. Introdução

Numa sociedade que frequentemente (super)valoriza o visual, a cegueira – conceituada como a incapacidade de ver diante da perda ou da ausência da percepção dos estímulos visuais – é frequentemente mal compreendida, em meio a mitos e ideias pré-concebidas, apesar de atingir parcela expressiva da população mundial: aproximadamente 37 milhões de pessoas (cerca de 4%). Para fins de comparação, nota-se que, em 1979, havia por volta de 28 milhões de cegos e de 84 milhões de pessoas com pouca visão no planeta, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) – o que significa que, em cerca de 30 anos, a deficiência visual aumentou em 32%, e a visão subnormal cresceu quase 50%. Outro dado preocupante observado pela OMS é o de que entre 1 e 2 milhões de novos casos de cegueira surgem anualmente no planeta, havendo uma inquietante projeção de que o número de cegos aumente para em torno de 75 milhões até 2020. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

[1] Artigo apresentado no GT 2 "Folkcomunicação Midiática" da XIV Conferência Brasileira de Folkcomunicação – Juiz de Fora-MG, 04 a 07 de maio de 2011.
[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Comunicação-UFJF. Email: marcelloacesso@yahoo.com.br.

apontou, pelo Censo de 2000, que existem em torno de 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (14,5% da população nacional). Pelos dados, existem 4 milhões de deficientes visuais no País, sendo 1,25 milhão desses totalmente cegos.

Historicamente, em muitas sociedades primitivas não havia cegos, porque enfermos e pessoas com deficiência comumente eram mortos ou abandonados, não somente pelas difíceis condições de vida da época, mas também por se acreditar que os deficientes visuais eram possuídos por espíritos malignos, castigados por divindades ou ainda estigmatizadas pelos pecados próprios ou da família tribal – o que os tornava um objeto de temor religioso. Algumas tribos nômades chegavam a abandonar seus doentes, velhos e pessoas com deficiências em lugares inóspitos e expostos a riscos junto a animais ferozes e/ou a grupos inimigos. Se, na era pré-cristã, constatam-se ações de negligência e maltrato a deficientes, com a difusão do Cristianismo passou-se a protegê-los e a se compadecer deles.

Não obstante, preconceitos com relação aos deficientes visuais vêm gerando, ao longo da história, a injusta limitação de oportunidades, num contexto de absolutização da normalidade em que a deficiência pode ser entendida como estereótipo do desvio. Em muitas ocasiões, a comiseração com relação ao cego – e a pessoas com outras deficiências físicas – consiste mais numa desculpa para que a sociedade possa livrar-se da diferença, por vezes incômoda, e das demandas requeridas pela diversidade. Afinal, a história tem revelado que os sujeitos que não se encaixavam no modelo idealizado e convencional muitas vezes sofriam controle ou até exclusão do sistema, a fim de que a suposta ordem social não fosse pervertida e o *status quo* fosse mantido – o que, de certa forma, ainda ocorre atualmente em determinadas situações, já que persistem inúmeras maneiras de exclusão por violência física e simbólica contra deficientes, por vezes considerados inferiores, menos capazes.

Como disciplina científica dedicada ao estudo de agentes e meios populares de informação de fatos e expressão de ideias, a Folkcomunicação vem conquistando importância, na qualidade de instância mediadora entre a cultura de massa e a cultura popular. Seu fundador, o pesquisador Luiz Beltrão de Andrade Lima (1918-1986), percebia a comunicação como o problema fundamental da sociedade contemporânea,

composta por vários grupos segmentados mediante fatores como a heterogeneidade de cultura, a diferença de origens étnicas e a distância social e espacial. Por também estudar mecanismos e peculiaridades da comunicação em fatias sociais marginalizadas, a teoria folkcomunicacional faz-se, pois, útil e pertinente para que se compreenda melhor a audiência formada por deficientes visuais.

Logo, o objetivo deste artigo é aproximar os estudos de recepção midiática (por parte de pessoas com deficiência visual) e as pesquisas em Folkcomunicação. Para tanto, apresentar-se-ão perspectivas sociais com relação à cegueira, bem como alguns dos mitos ligados a esse universo. Além disso, por meio de um trabalho prático, que reuniu seis deficientes visuais em um grupo focal para assistirem ao Jornal Nacional (TV Globo), será possível notar como se dá a marginalização desse público pela mídia massiva. Finalmente, espera-se que se amplie, com o respaldo de conceitos da disciplina folk, um caminho de investigação capaz de propor melhorias em busca de cidadania e inclusão social, com reflexo também em meios de comunicação de massa, especialmente na TV e no gênero telejornalístico.

2. Deficiência visual: perspectivas sociais e mitos

No percurso histórico do cego na sociedade, traçado pela professora Lívia Motta, em artigo no site Bengala Legal, destaca-se que o lado místico da cegueira encontrou repercussão desde a antiga Grécia, onde alguns cegos eram venerados como profetas, associando-se seu desenvolvimento dos outros sentidos à capacidade de realizar milagre. Em Roma, houve deficientes visuais letrados, advogados, músicos e poetas[3], embora a maioria vivesse como mendigos – recebendo alimentos e roupas como esmola –, escravos ou prostitutas. Também mendigos na maior parte das vezes, muitos cegos no Reino Unido viviam da caridade alheia, sendo que as primeiras referências a eles nessa região datam do século XII, mencionando-se um refúgio para cegos perto de Londres.

Na Idade Medieval, faz-se pertinente realçar uma maior atenção conferida a pobres e pessoas com deficiência, principalmente com a lei *The Poor Law Act*, lavrada

[3] O orador e escritor romano Cícero, por exemplo, aprendeu Filosofia e Geometria com um tutor cego chamado Diodotus.

em 1601. Tal legislação previa abrigo e suporte a pobres, incapazes e cegos. Por outro lado, a cegueira também foi utilizada na Idade Média como castigo, pena judicial ou ato de vingança em confrontos. Desde os tempos medievais até dois séculos posteriores, os cegos comumente viviam em suas casas em instituições chamadas de *asylums*, recebendo algum suporte de governantes. Somente ao fim do século XX, mais especificamente a partir da década de 1980, observa-se um movimento que tende a valorizar pessoas com deficiência e a integrá-las no meio social.

De fato, se o ato de ver torna-se naturalmente um "alimento para os olhos" (TOLEDO, 2000, p. 42) e traz prazer ao espectador, quem é privado desse sentido é por vezes considerado um ser inferior, incapaz, dependente, maltratado, coitado e negligenciado. Por isso, a deficiência visual costuma ser cultural e socialmente entendida de forma distorcida. Muitos mitos sociais relacionados aos cegos persistem, ora devido à falta de conhecimento, ora por causa de certos misticismos e preconceitos formados ao longo dos anos.

Ao analisar a questão dos mitos e da *media*, Roberto Benjamin recorre (2000, p. 81) ao conceito de mito corrente na teoria do folclore, como personificação de um ser inexistente, sobrenatural, dotado de poderes extraordinários. Para ele (ibidem, p. 82), os veículos de comunicação de massa exercem, atualmente, um papel importante na permanência e na criação dos mitos, sem que as formas tradicionais de transmissão tenham sido abandonadas. "A ficção radiofônica, televisiva e cinematográfica tem incorporado mitos tradicionais e modernos em suas produções" (idem).

É interessante mencionar que muitos estereótipos referentes aos deficientes visuais são reproduzidos em personagens literários – o que, na opinião da pedagoga Luciane Aparecida Nobre (2007), contribui para consolidar a identidade do sujeito dentro de um parâmetro determinista e excludente. Em seu artigo acerca do assunto, ela rememora a representação da cegueira na clássica tragédia grega "Édipo Rei", de Sófocles (496? - 406 a.C.), na qual o oráculo cego Tirésias[4] é consultado por Édipo, então rei de Tebas, num momento conturbado. Tirésias é tido como um conhecedor dos

[4] Segundo a mitologia grega, Tirésias foi um adivinho tebano que teria sido transformado em cego pela deusa Hera, por ter dado a ela uma resposta que a desagradou durante uma discussão. Em compensação, Zeus teria dado a ele o privilégio de viver muitas existências e de ter o dom da profecia.

fatos ocultos e dos sinais vindos do céu e do mundo, com o poder de adivinhar e apreender a plena realidade que não se mostrava aos olhos, apesar – ou por causa – da cegueira. Ela conclui que o simbolismo da deficiência visual, na literatura analisada, por vezes apresenta-se como incapacidade cognitiva e de autonomia e, em outros casos, indica uma visão sobrenatural e mística que põe o cego num patamar de superioridade. "Ambos os enfoques marcam o cego como um ser diferente, especial, desacreditado para uma vida social normal e participativa" (2007, p. 26). Ela denuncia, ainda, a vinculação comum entre ver e saber e, por conseguinte, entre não-ver e não-saber.

Para ilustrar a desinformação que impede a verdadeira compreensão da identidade dos deficientes visuais, o professor deficiente visual José Veiga analisa (1983, p. 30-31) uma anedota acerca de três cegos que apalparam partes diferentes de um elefante. Segundo a história, um dos cegos tateou as orelhas do animal e disse que se tratava de uma ventarola, espécie de leque. Outro personagem apalpou a pata e sentenciou que o bicho era uma árvore. O terceiro deficiente encostou-se às ilhargas (partes laterais e inferiores do baixo-ventre) e respondeu que era uma parede. Diante da "anedota infeliz" (ibidem, p. 30), o professor esclarece:

> Não conheço nada mais expressivo dos erros da verdadeira compreensão do que é ser cego, da desinformação das possibilidades do tato de quem não vê. A aspereza das orelhas do elefante nunca levaria qualquer cego a confundi-las com uma ventarola, assim como a consistência e a rugosidade da pata e das ilhargas não dariam ao cego a ideia de árvore e de parede. Habituado a servir-se dele constantemente, o cego tira do tato as informações mais sutis. No mais leve tocar da mão em quem está junto dele, pode determinar se é homem, mulher ou criança. Mesmo através de sapatos, o tato dos pés lhe indica a natureza do terreno em que ele se desloca. A lufada de vento no rosto de algum modo o informa das condições do tempo. (VEIGA, 1983, p. 30).

A abordagem de Veiga contribui, ainda, para outras desmistificações: "nada de cego de alma pura, porque não vê as desgraças do mundo, nada de 'tristeza da escuridão eterna', nada de 'ceguinho incapaz de fazer mal aos outros porque não vê'" (ibidem, XI). Dessa forma, ele desvincula a relação mítica, por vezes preponderante, entre deficiência – no caso, visual – e bom caráter, como se todo cego fosse intrínseca e necessariamente dotado de uma plena pureza ou de uma bondade natural e inexorável advindas unicamente do fato de ser deficiente. Segundo ele, o mundo foi feito

essencialmente para se ver, e o homem compreende melhor o universo pela visão, considerada o sentido preponderante: "A vista alcança bem mais longe que o ouvido, além de a luz caminhar muito mais rápido que o som. Quando o cego ouve o trovão, o relâmpago já foi visto pelos outros" (ibidem, p. 15).

Também contribui para a compreensão da identidade de cegos o trabalho de Margot Madeira e Sandra Castiel, ao analisar construções identitárias e representações sociais junto a crianças deficientes visuais de uma escola de educação especial.

> [...] sabem que portam uma diferença negativa; desvalorizam sua etnia; sentem-se excluídos de grupos de jovens não-deficientes; consideram sua vida social limitada pela cegueira; condicionam uma atitude de autonomia exacerbada à aceitação da família, da escola, da sociedade. Até aceitariam a convivência com a deficiência, desde que fossem aceitos como realmente são pelas famílias. (MADEIRA; CASTIEL, 2007, p. 8).

As professoras explicam, então, que o exagero na afirmação de autonomia da pessoa cega é um reforço na positividade do grupo, mas pode mascarar a redução e até a negação da deficiência.

Outro mito, talvez um dos mais persistentes, é o de que o cego tem bom ouvido. Veiga combate essa "balela recorrente" (1983, p. 33), afirmando que o cego serve-se mais do ouvido que qualquer outra pessoa, o que dá a impressão de que tem um ouvido melhor, mais potente e até – numa concepção mais mística – sobrenatural. O professor demonstra que a acuidade auditiva não melhora necessariamente com o maior uso do ouvido, apesar de reconhecer a importância da audição, por vezes mais abrangente e usada que a própria visão. Realmente, os que não veem podem desenvolver, sim, certas habilidades auditivas, mas muito mais pela maior observação dos fenômenos e estímulos audíveis do que por uma melhor acuidade intrínseca do ouvido.

De qualquer modo, a cegueira e a baixa visão não deveriam ser barreiras para uma participação maior na sociedade e na escola, como preconiza Lívia Motta:

> Estas barreiras são, na grande maioria, construídas pela própria sociedade, sendo traduzidas na linguagem utilizada para descrever as pessoas com deficiência pela cultura da normalidade [...] Ultimamente, a televisão, jornais e revistas têm mostrado pessoas com deficiência que "superaram" sua deficiência, tornando-se profissionais bem sucedidos ou pessoas ativas em busca de seus objetivos pessoais e profissionais. Estas histórias são a antítese dos criminosos, dos monstros e das pessoas desajustadas mostradas nos filmes, mas ainda assim, traduzem uma visão distorcida da deficiência, considerando-a como um

> problema emocional de aceitação pessoal. O sucesso ou fracasso de uma pessoa com deficiência estaria ligado muito mais a fatores individuais, como coragem, determinação e equilíbrio emocional, deixando de levar em consideração o estigma, a discriminação, a limitação e falta de oportunidades impostos pela sociedade. [...] (disponível em www.bengalalegal.com/deficienciavisual)

Diante do panorama sócio-histórico apresentado, percebe-se a contemporaneidade do tema deficiência visual no mundo hodierno e a importância de se discuti-lo em diversos âmbitos para um entendimento mais amplo de sua complexidade.

3. Deficientes visuais como audiência folk

A chamada audiência folk é composta por grupos marginalizados da sociedade, entendendo como indivíduo marginal aquele que está à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e fundiram totalmente, conforme a noção difundida por Luiz Beltrão. Numa antologia (2004) desse pesquisador pioneiro, percebe-se que, "por si só, a parcela marginalizada da população brasileira não tem condições de emergir do submundo em que vegeta" (2004, p. 61). Para Beltrão, participação reclama comunicação: "se não ponho em comum as ideias, sentimentos e informações de que disponho e não recebo de volta a reação do outro, jamais estabelecerei um elo entre mim e minha audiência" (ibidem, p. 62).

Porém, nem sempre, é o que ocorre – meios de comunicação massivos, especialmente na TV aberta, desconhecem, esquecem ou ignoram a existência de pessoas com deficiência visual do outro lado da tela, também interessadas em obter informações e entretenimento com o máximo nível possível de clareza, compreensão e precisão. No entendimento do comunicador Juan Bordenave (1992, p. 18), o conceito de marginalidade significa justamente "ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir." Erro pior ainda é, para ele, culpar os marginalizados por sua condição de excluídos, por estarem "naquela situação de déficit" (ibidem, p. 19). Realmente, sem comunicação não pode existir a participação.

Ao abordar o sistema da Folkcomunicação, Beltrão aponta (*In:* 2004, p. 83) que o termo marginal apareceu, na literatura científica, pela primeira vez em 1928, em artigo de Robert Park sobre as migrações humanas. Mas ele realça (ibidem, p. 84) a existência

de excluídos e marginalizados não só do sistema político, como, também, do de comunicação social, "ambos voltados à preservação do *status quo* definido pela ideologia e pela ação planificada dos grupos dirigentes" (idem). Nessa perspectiva beltraniana, a audiência folk pode ser dividida em três grandes grupos: os rurais marginalizados (isolados geograficamente, com baixo nível intelectual e penúria econômica); os urbanos marginalizados (nos escalões sociais tidos como inferiores, constituindo as classes subalternas, desassistidas, subinformadas e com mínimas condições de acesso); e os grupos culturalmente marginalizados (urbanos ou rurais, representando contestação aos princípios, à moral ou à estrutura social vigente).

Na medida em que a TV, por exemplo, não empreende políticas de inclusão voltadas a faixas de público composta por pessoas com deficiência visual, verifica-se que há um fenômeno de marginalização dessa audiência. Praticamente não é oferecida, na TV brasileira, a opção da audiodescrição, caracterizada pela narrativa oral, sucinta e objetiva com as informações relevantes de cenas, cenários e imagens, que poderia ser transmitida, no caso de atrações televisivas, pelo programa secundário de áudio (SAP) – recurso utilizado desde 1995 em outros países (como Alemanha e Reino Unido), que pode ser ouvido apenas por aqueles que necessitarem dele, não causando transtorno aos demais espectadores e beneficiando, além de deficientes visuais, os analfabetos, pessoas com dislexia ou dificuldades cognitivas que as impedem de ler o texto escrito no vídeo.

Apesar disso, conforme se constatou em grupo focal[5] realizado com seis deficientes visuais, estes apontaram o recurso da audiodescrição como alternativa necessária para que eles possam compreender melhor o conteúdo noticiado em telejornais, por exemplo. Indo contra o formato predominante, essa audiência pode ser considerada, em termos folkcomunicacionais, como um grupo culturalmente marginalizado, já que contestam o modelo midiático (ou a cultura) atualmente em vigência, ao defenderem o direito à informação que eles também possuem na condição de telespectadores e consumidores de um serviço público como a TV aberta.

[5] Esse trabalho prático foi realizado no segundo semestre de 2009 e deu origem, na ocasião, ao trabalho de conclusão de curso do autor (MACHADO, 2009), orientado pelo professor Ms. Álvaro Americano. Naquela oportunidade, seis deficientes visuais acompanharam a uma edição do Jornal Nacional, no ano em que o mais tradicional noticiário brasileiro de TV completava quatro décadas de existência.

Haja vista que os grupos culturalmente marginalizados "estão contidos dentro dos grupos marginais urbanos e rurais" (CORNIANI, 2008, p. 5), tal implicação também é verificável junto a deficientes visuais. Segundo estimativas da OMS (PASCARETTA JÚNIOR, 2008, p. 39), a quase totalidade do número de cegos no planeta (90%) é composta por residentes em países em desenvolvimento, e, como ressalta a psicóloga Priscila Augusta Lima (2008, p. 3-4), o Brasil segue uma tendência internacional: assim como o número de deficientes visuais (cegos ou pessoas com baixa visão) é crescente em países com grandes desigualdades sociais, também no território brasileiro tal índice aumenta em regiões mais pobres – pobreza essa relacionada, na teoria folk, com grupos marginalizados rurais ou urbanos.

Como o próprio Beltrão preconizava (ibidem, p. 94), professores, pesquisadores e profissionais da comunicação têm a tarefa de "aprender e difundir o pensamento e as aspirações das parcelas marginalizadas, sem acesso aos poderosos meios de comunicação a serviço de elites privilegiadas". O pesquisador defendia que o discurso dessas camadas populacionais não deve continuar a ser considerado como fato curioso e colorido ou como expressão do seu conformismo e de sua vida cultural vegetativa.

> Penso que deveremos procurar nele as raízes da sua participação necessária em um programa desenvolvimentista, que *a todos* beneficie, e não de um processo que lhes é imposto de cima, como se não passassem de insignificantes peças da engrenagem social, que devem permanecer alienadas e silenciosas, sem hora e sem vez [...] (ibidem, p. 95, grifo meu).

De acordo com Roberto Benjamin (2000, p. 16), os meios de comunicação massivos, por sua natureza, enfrentam dificuldades em compatibilizar as suas mensagens a diferentes padrões culturais e interesses, ideias, preconceitos dos seus distintos públicos. "A televisão, pela grande concentração da produção, dificultou o acesso dos produtores folk" (ibidem, p. 17). O autor lembra (ibidem, p. 107-108) que a TV é parte da indústria cultural, sendo que "sua mensagem está condicionada, no Brasil, aos interesses empresariais e às leis de mercado", devendo, "necessariamente, refletir a cultura do grupo que a produz, sintonizando-se naturalmente com a cultura dos

receptores que se pretende atingir". Entretanto, como no caso da audiência composta por deficientes visuais, nem sempre ocorre essa sintonia natural com os receptores.

É conveniente ponderar que vários países, inclusive o Brasil, têm visto crescer a mobilização para que se inclua na pauta das nações o reconhecimento da comunicação como um direito humano, exatamente "por se tratar de um processo social fundamental, uma necessidade humana básica, o fundamento de todas as relações e organizações sociais", conforme asseveram os professores José Marques de Melo e Luciano Sathler (2005, p. 7). Eles lembram (ibidem, p. 8) que "Informação é diferente de Comunicação", sendo que a primeira é classificada pelos pesquisadores como uma fonte de poder. Com base nesse pressuposto, percebe-se que "o domínio dos seus meios de produção, controle e disseminação pode aprofundar a desigualdade da distribuição dos poderes numa sociedade já marcada por disparidades iníquas" (idem).

De fato, o direito à comunicação aponta para além do que só defende o acesso à informação, ao envolver a possibilidade de o cidadão participar mais ativamente na troca de mensagens e também emitir conteúdo – como também considera a Folkcomunicação, estudando, por exemplo, o uso dos canais massivos por portadores da cultura folk. Certamente, ambos os direitos – à informação e à comunicação – são importantes como efetivadores de um regime democrático. Porém, no caso de telespectadores com deficiência visual, nem mesmo o direito à informação é plena e adequadamente garantido, ao se notar que, em telejornais, há informações relevantes sendo transmitidas somente pela imagem, o que desfavorece e exclui essa parcela do público quanto ao entendimento mais profundo do material veiculado. Se assim é, mais ainda é protelado o direito à comunicação por parte de cegos.

4. Grupo focal com deficientes visuais: depoimentos contra a marginalização

No grupo focal realizado em 28 de outubro de 2009, ano em que o Jornal Nacional (JN) completava 40 anos, seis deficientes visuais foram reunidos para acompanharem a edição do telejornal naquele dia: Maria Luzia Ferreira Carias (12 anos, estudante da Educação Especial e cega de nascença); Carlos Cristiano da Silva Paradello (16 anos, estudante do Ensino Fundamental, deficiente visual desde os 8,

quando bateu a cabeça na parede, tendo hemorragia e deslocamento de retina); Carlos Alberto Pereira (34 anos, com Ensino Fundamental, desempregado e cego de nascença); José Luiz de Souza e Silva (41 anos, deficiente desde que nasceu, graduado em História, desempregado); Rosani Romualda Giovannoni Martins (43 anos, funcionária pública, jornalista e historiadora, com cegueira total adquirida por glaucoma aos 16 anos de idade); e Dilma Rosa de Jesus (47 anos, historiadora, desempregada, cega desde os 14 anos, devido à doença hereditária retinose pigmentar). Eles são atendidos pela Associação dos Cegos em Juiz de Fora, sendo todos internos, à exceção de Rosani, que não mora na entidade sem fins lucrativos fundada em 1939.

Tal edição está exatamente dentro da média de tempo de duração e de quantidade de temas apontados pelo editor-chefe do JN, William Bonner (2009, p. 22): cerca de 33 minutos (sem os intervalos comerciais) e 25 assuntos abordados. O JN exibido dividiu-se em quatro blocos. Quanto ao formato das matérias, o telejornal apresentou 11 matérias de rua em videoteipe (VT), seis notas cobertas (dadas em estúdio, com respaldo de imagens), seis notas secas (também em estúdio, mas sem imagens) e seis notas-pé (dadas em estúdio após algumas matérias), além da previsão do tempo. Nesse dia, não houve link ao vivo com nenhum repórter, nem charge ou comentaristas. Nos termos de Bonner, trata-se de uma "edição típica" (normal) do JN. As matérias envolveram assuntos diversos, como política, esporte, economia, polícia e internacional, predominando as de caráter factual – duas matérias foram "frias".

Após acompanharem a edição ao vivo do JN, foram iniciadas as discussões do grupo focal com os participantes do estudo. Rosani apontou como problemas, no telejornal, a falta de descrição de imagens relevantes e a introdução de fontes sem sua prévia apresentação oral. Em todo o jornal, houve 28 sonoras (entrevistas), sendo que quase a metade delas (13 pessoas) não teve nenhum tipo de identificação verbal; 15 foram de alguma forma apresentadas, mas, em muitos casos, apenas a profissão é mencionada no texto em *off* do repórter, de modo que o cego não fica sabendo o nome de quem está falando, e, em outros, o crédito adiciona alguma informação.

Carlos observou que as matérias de rua são mais difíceis de serem entendidas pelo cego do que as notícias de estúdio, anunciadas pelos próprios âncoras e capazes de

proporcionar maior identificação com os cegos, na opinião dele. "Quando é áudio e vídeo, você não entende. Eu gosto mais do jornal em estúdio", revelou. Outros participantes concordaram, como José Luiz, o qual salientou que as matérias de estúdio são apoiadas basicamente no áudio e, portanto, no sentido da audição. Rosani explicou que a sensação é de que se estivessem ouvindo rádio. A jornalista insinuou, ainda, que notícias de rua, mais baseadas nas imagens, geram certa frustração no espectador cego: "Você ouve aqueles barulhos, dá uma vontade de saber o que está sendo passado", lamentou. Sobre isso, Dilma complementou: "Dá ansiedade. A gente fica querendo saber o que está passando, ver claramente".

A maioria dos participantes asseverou que a ausência de imagens prejudica o entendimento das notícias telejornalísticas. Carlos explicou: "Eu quero ver o que está passando ali. Por exemplo, se tiver um destaque: 'um caminhão tombou carregado de alguma coisa', aí falou sobre aquilo ali, mas eu queria ver a dimensão." Rosani concordou e completou:

> Pra mim, [a ausência de imagens] atrapalha, sim [na compreensão das notícias do telejornal]. Tira a dimensão, porque, às vezes, se fala, por exemplo, de um engarrafamento, mas quando mostra o engarrafamento, a pessoa [vidente] entende. Se fosse no rádio, ele ia falar: "foi um engarrafamento de tantos quilômetros"; aí, a gente [cegos] visualizaria. E algumas [notícias] a gente não entende mesmo não, porque eles complementam demais com imagem.

Quanto ao modo de apresentação da previsão meteorológica, Rosani criticou:

> Nós passamos pela escola e temos acesso a mapa do Brasil. Então, se eles [jornalistas] falarem "da região que vai do Rio Grande do Sul até tal lugar", a gente vai entender [...]. Agora, o tal de "área clara e área escura", que eles fiquem com eles, com quem enxerga, que nós vamos continuar do mesmo jeito [sem compreender].

Houve uma notícia que denunciou o nome de uma empresa, que trocava irregularmente as etiquetas de alimentos, mas a matéria não fez isso oralmente – a marca foi mostrada só com o recurso da imagem, pela cena em que um caminhão com o nome "Frigosantos" estava estacionado. Como disse Rosani, há imagens que mereciam ser descritas, e essa reportagem é um exemplo – quem é cego ficou privado da informação. Não se trata de ser redundante, mas de ser mais claro – nesse caso, também para analfabetos, por exemplo, pois era um assunto de interesse público.

Posteriormente, apresentou-se aos cegos a seguinte questão: "O JN de hoje pode ser entendido por qualquer cego? Por quê?" Carlos respondeu que, se o receptor prestar atenção, é possível entender o jornal – ele explicou que a atenção varia conforme o interesse que tem pela informação. Luzia concordou que o cego pode entender o telejornal se ele se interessar, mas ressalvou que o volume intenso de notícias pode gerar certa confusão e esquecimento. Dilma mostrou-se descrente na possibilidade de entender todo o conteúdo do JN. José Luiz também pontuou que obter 100% de compreensão não é possível. Rosani estimou que eles perdem cerca de 30%, ou seja, que compreendem em torno de 70% do telejornal, ou menos, quando o público não domina o assunto. Para ela, o principal obstáculo para o entendimento é a imagem, seguido pelo nível intelectual do texto por vezes superior ao da audiência.

Por fim, para que as informações do JN fossem mais acessíveis aos cegos, Carlos defendeu que seria preciso mudar algo nas imagens: "Adaptar alguma coisa pro cego poder entender melhor. Não é só o vidente que está assistindo ao jornal, o cego também está ouvindo. [...] Podia programar uma coisa melhor pra gente." Rosani prontamente concordou. "Eu acho que tem imagens que mereciam ser descritas. Elas podem ser muito fundamentais pra que a gente dimensione melhor as notícias." A jornalista também lembrou que, naquela edição, o JN chegou a falar que a notícia estava disponível no site, sem enunciar tal endereço eletrônico. Dilma confirmou que não gosta das notícias do modo como são, "porque você vê mais complicações do que soluções."

5. Considerações finais

Os estudos da Folkcomunicação mostram que sua área foi expandida para além do conceito inicial, de modo que sua evolução corresponde ao desempenho dos estudiosos em acompanhar as mudanças culturais e socioeconômicas ocorridas no País nas últimas décadas. Essa maior amplitude permite que se considere o grupo social formado por deficientes visuais como parte da audiência folk, sendo, muitas vezes, marginalizados social, cultural e midiaticamente, como se notou no grupo focal.

Percebe-se que esse público formado por pessoas com deficiência visual não possui, por parte da televisão aberta atual, uma programação inclusiva, nem uma que ao

menos tenta ser. A mídia televisiva, em especial o formato de telejornal, acaba contribuindo, de certa forma, para a chamada "produção social da marginalidade". Os cegos podem até se sentir lesados, como expressaram Rosani e Carlos, como consumidores da programação da TV aberta.

Sem dúvidas, é possível que os telejornais em geral sejam mais bem compreendidos pelos cegos. O ideal seria, de fato, disponibilizar a opção da audiodescrição. Para a implementação desse recurso, estima-se que o custo seria baixo, envolvendo basicamente a formação de locutores.

A própria Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) chegou a elaborar um projeto de norma de acessibilidade na televisão que prevê a utilização do SAP para assegurar o instrumento aos cegos. No entanto, uma portaria do Ministério das Comunicações, que dava prazo para as TVs abertas das cidades com mais de 1 milhão de habitantes inserirem duas horas de programas audiodescritos por dia na programação, foi derrubada em 15 de outubro de 2008, sendo que a discussão entre engenheiros de emissores televisivas e técnicos do Ministério passava pela viabilidade técnica da implementação da audiodescrição na TV aberta e pela disponibilidade de profissionais capacitados no mercado.

Enquanto isso, o paradigma visiocêntrico, privilegiando a visão em detrimento de outros diversos modos de perceber e habitar o mundo, tem sido naturalizado, embora devesse ser mais analisado diante da possibilidade que esse modelo tem de se tornar "totalitário" em meio à alteridade. Afinal, apesar de popular, é frágil e demasiadamente generalista o discurso social de que a cegueira constitui uma infelicidade inevitável e de que o cego é totalmente dependente de ajudantes nas tarefas que eventualmente realize.

Portanto, este artigo foi motivado, a partir da noção de marginalização social e midiática, por uma tentativa de aproximação entre preceitos da teoria folkcomunicacional e outros princípios teóricos e práticos que já vinham sendo estudados. Acredita-se que esse tenha sido o primeiro passo para outras futuras investigações acerca de mídia e deficiência que possam receber as tão relevantes contribuições de Luiz Beltrão ao campo da Comunicação, a exemplo de eventuais análises sobre traços da cultura de massa absorvidos pela cultura folk em questão.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.

BENJAMIN, Roberto. **Folkcomunicação no contexto de massa**. João Pessoa: UFPB, 2000.

BONNER, William. **Jornal Nacional:** modo de fazer. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 7 ed. São Paulo: Brasilense, 1992.

CASTIEL, Sandra Maria; MADEIRA, Margot Campos. Construções identitárias e representações sociais: o silenciamento na expressão de crianças deficientes visuais. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.37, p. 3-9, ago./set. 2007.

CORNIANI, Fábio. **Afinal, o que é Folkcomunicação**. São Paulo: <www.folkcomunicacao.com.br>, 2008.

LIMA, Priscila Augusta. Locomoção e orientação espacial como fatores de inclusão de pessoas cegas na escola e no trabalho. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.41, p.3-10, dez. 2008/mar. 2009.

MACHADO, Marcello Pereira. **Duas janelas abertas:** uma análise sobre a recepção de telejornal por cegos. 2009. 190 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

MARQUES, Luciana Pacheco; MARQUES, Carlos Alberto (Orgs.) **(Re)significando o outro**. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. Apresentação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.

NOBRE, Luciane Aparecida. Personagens cegas na literatura brasileira: estereótipo e símbolo. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.38, p.18-27, dez. 2007/mar. 2008.

PASCARETTA JÚNIOR, Vicente. **A cegueira na humanidade:** do mecanismo da visão à catarata. Recife: Liceu, 2008.

TOLEDO, Luciane Andréia. **A imagem no telejornalismo:** uma tele-visão de mundo. 2001. 156 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2001.

VEIGA, José Espínola. **O que é ser cego**. Rio de Janeiro: J Olympio, 1983.

<http://www.bengalalegal.com/deficienciavisual.php>. Acesso em 11 set. 2009.